



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Grupo de Câmaras de Direito Público

Recurso de Agravo no Mandado de Segurança Nº: 0328.082-6

Agravante: Ednamay Amaral Silva

Advogado: Francisco de Assis Queiroz PE 003856

Agravado: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, por seu representante legal

Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. SUPRESSÃO DE VANTAGEM PATRIMONIAL E IMPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS. ATO DE EFEITOS CONCRETOS. DECURSO DE MAIS DE 120 (CENTO E VINTE DIAS) DA DATA DO ATO. IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO DECADENCIAL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca de insurgência contra ato consistente na supressão dos vencimentos da impetrante de gratificação por ela percebida pelo exercício da função de diretora-adjunta. Compulsando os autos, verifica-se da documentação acostada que a agravante, de fato, foi designada, por sucessivas vezes, para desempenhar a função de diretora-adjunta em escolas da rede pública estadual (fls. 13 a 16), bem assim que, em virtude da Portaria nº 4169, publicada no Diário Oficial de 1º de junho de 2013 (fl. 17), através da qual foi dispensada da função de Chefe de Secretaria da Escola Professor Leal Barros, a partir de 01 de fevereiro de 2013, foi determinado o desconto dos seus vencimentos do montante global de R\$ 2.772,00 (dois mil, setecentos e setenta e dois reais), decorrente da constatação da percepção indevida de gratificação (fl. 23).

2. Da análise da exordial e documentação que instrui a presente ação mandamental, infere-se, contudo, que os atos administrativos contra os quais se insurgem a agravante/impetrante, a saber, supressão do pagamento mensal do valor por ela dantes recebido a título de gratificação por exercício da função de diretora-adjunta e imposição da devolução do montante que fora reputado como indevidamente recebido nos meses de fevereiro a maio de 2013, foram **datados de junho de 2013, não obstante ela só tenha impetrado este *mandamus* em data de 24 de fevereiro de 2014, após ultrapassado, em muito, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.**

3. Considerando que o *mandamus* de origem tem por objeto de insurgência ato de supressão de vantagem patrimonial dos vencimentos da agravante/impetrante, resta evidenciado que ele se volta contra ato concreto de efeitos permanentes, o qual, tendo inovado na ordem jurídica em desfavor da impetrante como ela alega, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo decadencial, sob pena de acomodação temporal da situação fática, presuntiva do desinteresse na utilização do remédio constitucional, ressalvada, no entanto, a prestação jurisdicional por vias ordinárias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

4. A supressão da gratificação que a autora almeja seja restabelecida aos seus vencimentos não configura relação de trato sucessivo, mas ato administrativo de efeitos permanentes, devendo a data em que ele gera seus efeitos concretos ser considerada como marco inicial para a contagem do prazo decadencial de 120 dias previsto para a impetração do *mandamus*, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

5. O fato da agravante/impetrante ter ingressado com requerimento administrativo objetivando a justificativa para a supressão de sua gratificação, não obsta o reconhecimento da decadência, porquanto, também segundo entendimento pacificado no STJ e no STF (Súmula nº 430), pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para interposição do mandado de segurança.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Mandado de Segurança Nº: 0328.082-6, em que figuram, como Agravante, Ednamay Amaral Silva e, como agravado, a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, por seu representante legal, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 28 de Maio de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Grupo de Câmaras de Direito Público
Recurso de Agravo no Mandado de Segurança Nº: 0328.082-6
Agravante: Ednamay Amaral Silva
Advogado: Francisco de Assis Queiroz PE 003856
Agravado: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, por seu representante legal
Procurador: Thiago Arraes de Alencar Norões
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO:

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Ednamay Amaral Silva, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria exarada nos autos do Mandado de Segurança nº 0328.082-6.

Através da decisão questionada (fls. 33/36 dos autos em apenso), extinguiu-se a ação mandamental sem julgamento do mérito, por reconhecimento da decadência do direito de agir.

Assevera, em síntese, que impetrou o *mandamus* em virtude do fato da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco ter realizado descontos dos seus vencimentos antes mesmo de publicar Portaria de Exoneração dela agravante da função de vice-diretora.

Aduz que o desconto dos valores em apreço lhe ensejaram prejuízo financeiro de grande monta, impondo-se a concessão da segurança para que lhe seja restituído o montante indevidamente descontado.

Pugna pela retratação da decisão vergastada, para que seja revogada a decisão que negou seguimento à ação mandamental, dando-lhe regular processamento e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara para que se lhe dê provimento.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO:

A decisão agravada foi acostada às fls. 33/36.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Versa a presente lide acerca de insurgência contra ato consistente na supressão dos vencimentos da impetrante de gratificação por ela percebida pelo exercício da função de diretora-adjunta.

Compulsando os autos, verifica-se da documentação acostada que a agravante, de fato, foi designada, por sucessivas vezes, para desempenhar a função de diretora-adjunta em escolas da rede pública estadual (fls. 13 a 16), bem assim que, em virtude da Portaria nº 4169, publicada no Diário Oficial de 1º de junho de 2013 (fl. 17), através da qual foi dispensada da função de Chefe de Secretaria da Escola Professor Leal Barros, a partir de 01 de fevereiro de 2013, foi determinado o desconto dos seus vencimentos do montante global de R\$ 2.772,00 (dois mil, setecentos e setenta e dois reais), decorrente da constatação da percepção indevida de gratificação (fl. 23).

Ainda da análise da exordial e documentação que instrui a presente ação mandamental, infere-se, contudo, que os atos administrativos contra os quais se insurgem a agravante/impetrante, a saber, supressão do pagamento mensal do valor por ela dantes recebido a título de gratificação por exercício da função de diretora-adjunta e imposição da devolução do montante que fora reputado como indevidamente recebido nos meses de fevereiro a maio de 2013, foram **datados de junho de 2013, não obstante ela só tenha impetrado este mandamus em data de 24 de fevereiro de 2014, após ultrapassado, em muito, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias.**

Considerando que o *mandamus* de origem tem por objeto de insurgência ato de supressão de vantagem patrimonial dos vencimentos da agravante/impetrante, resta evidenciado que ele se volta contra ato concreto de efeitos permanentes, o qual, tendo inovado na ordem jurídica em desfavor da impetrante como ela alega, deve ser considerado como marco inicial para a contagem do prazo decadencial, sob pena de acomodação temporal da situação fática, presuntiva do desinteresse na utilização do remédio constitucional, ressalvada, no entanto, a prestação jurisdicional por vias ordinárias.

Advirta-se que a supressão da gratificação que a autora almeja seja restabelecida aos seus vencimentos não configura relação de trato sucessivo, mas ato administrativo de efeitos permanentes, devendo a data em que ele gera seus efeitos concretos ser considerada como marco inicial para a contagem do prazo decadencial de 120 dias previsto para a impetração do *mandamus*, consoante jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.



52

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. APOSENTADORIA. SUPRESSÃO DE VANTAGEM. ATO ÚNICO DE EFEITO CONCRETO. REVISÃO. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO APÓS 120 (CENTO E VINTE) DIAS. IMPOSSIBILIDADE. DECADÊNCIA.

1. Na origem, a impetrante, servidora pública estadual inativa, em 23 de maio de 2011 formulou pedido administrativo buscando o retorno de supressão de verbas que integravam seus proventos (verba de representação e adicionais trienais), as quais foram extintas em virtude da edição da Lei Estadual nº 14.507/2004.

2. **A supressão de vantagem de vencimentos ou proventos dos servidores públicos, por força de lei, não configura relação de trato sucessivo, mas ato único de efeitos concretos e permanentes, devendo este ser marco inicial para a contagem do prazo decadencial de 120 dias previsto para a impetração do mandamus.**

3. **Agravo regimental não provido.**

(AgRg no RMS 40.556/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 12/06/2013) [grifos nossos]

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. ENQUADRAMENTO FUNCIONAL. ATO DE EFEITO CONCRETO. DECADÊNCIA CONFIGURADA

1. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que o ato administrativo que suprime vantagem pessoal é único e de efeito concreto, iniciando-se o prazo decadencial para a impetração do Mandado de Segurança a partir da ciência do ato impugnado, conforme disposto no art. 23 da Lei 12.016/2009.**

2. A ação que trata de direito ao enquadramento ou reenquadramento não caracteriza relação de trato sucessivo a atrair a incidência da previsão sufragada na Súmula 85/STJ.

3. Hipótese em que o Tribunal a quo registrou que "a impetrante deveria ter ajuizado o presente Mandado de Segurança dentro do prazo decadencial de 120 dias, contados da ciência da referida lei no que concerne às progressões ali previstas (fevereiro de 2010), o que não ocorreu, pois o referido prazo se esgotou em junho de 2010 e ela somente protocolizou o mandamus no dia 06/10/2010, em flagrante intempestividade" (fl. 78, e-STJ).

4. **Agravo Regimental não provido.**

(AgRg no RMS 38.752/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 10/05/2013) [grifos nossos]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSELHEIROS TUTELARES. SUPRESSÃO DE VENCIMENTOS. DECADÊNCIA DO DIREITO DE IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o ato administrativo que suprime vantagem pecuniária é ato comissivo, único, de efeitos concretos e permanentes, devendo contar-se, da data em que se tornou público, o prazo decadencial de 120 dias para a impetração do mandado de segurança. Precedentes: AgRg no REsp 1.000.368/AM, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 17/12/2010; AgRg no Ag 402.695/PA, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Sexta Turma, DJe 1/7/2011; AgRg no RMS 24.207/SC, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 8/4/2011.

2. No caso concreto, os agravantes foram afastados de seus cargos no dia 27 de abril de 2007 sem a percepção de qualquer valor salarial, e a ação mandamental foi impetrada somente em 07 de abril de 2008, sendo, assim, forçoso reconhecer a decadência do direito à impetração, não havendo falar em relação de trato sucessivo.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 50.991/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/04/2013, DJe 17/04/2013) [grifos nossos]

Cumpre ressaltar, por seu turno, que o fato da agravante/impetrante ter ingressado com requerimento administrativo objetivando a justificativa para a supressão de sua gratificação, não obsta o reconhecimento da decadência, porquanto, também segundo entendimento pacificado no STJ e no STF (Súmula nº 430), pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para interposição do mandado de segurança.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.

Recife, 28 de MAIO de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator